CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

PROCESSO N°: 934/69-CEE

INTERESSADO: Fundação Educacional de BAURU.

ASSUNTO : Escola de Ensino Superior criada por Lei, em funcionamento, porém, a revelia de norma legal.

RELATOR : Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI

P A R E C E R N° 12/69 - CLN

1. A Lei estadual n° 8.877, de 21 de julho de 1965, criou a Escola de Belas Artes de Bauru, como instituto isolado de Ensino Superior.

Até aí, nada de inusitado.

A partir de então é que os erros se acumulam.

2. Por meio do ofício, datado de 23 de agosto de 1969, o Diretor executivo da Fundação Educacional de Bauru, mantenedora de um colégio de ensino técnico e de escolas de ensino superior, vinculadas ao sistema estadual de ensino, alegando encontrar-se a Escola de Belas Artes, sob a direção da Fundação, quer saber qual a situação de seus concluintes, quanto ao exercício do magistério.

3. Eis a resposta:

Embora criada por Lei, a Escola de Belas Artes de Bauru, ainda não foi instalada e, por isso, não funciona, de acordo com as leis especiais que disciplinam a instalação e funcionamento de estabelecimentos oficiais do Estado de Ensino Superior.

Exemplos:

a - Resolução CEE n° 20/65.

b - Lei Estadual n° 9.865, de 9 de outubro de 1967.

c - Lei Federal n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

d - Lei Federal n° 5.540, de 28 de novembro de 1968.

e - Decreto-Lei Federal n° 464, de 11 de fevereiro de 1969.

4. Examinando essas fontes, a consulente verificará que não há, sob o prisma jurídico, o que denomina de concluintes da Escola de Belas Artes de Bauru.

5. É o que, a meu ver, deve ser dito.

São Paulo, 04 de dezembro de 1969.

(a) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI = RELATOR =

O Parecer nº 12/69 - CLN, foi aprovado por unanimidade, na 7ª sessão da Comissão de Legislação e Normas, realizada em 12 de dezembro de 1969.

(a) Cons. MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARAES

Vice-Presidente no exercício da Presidência